

**FILOGIA E FILOSOFIA
NA NOMENCLATURA GRAMATICAL¹¹**

Bruno Fregni Bassetto (USP)

RESUMO

Dionísio Trácio, alexandrino, no séc. II a.C. escreveu a primeira "gramática" do mundo ocidental. Nessa primeira codificação dos fatos da língua, usou terminologia filosófica, já que para eles o conhecimento da língua deveria servir a uma mais clara expressão da filosofia. É óbvio que, sem conhecimento do conteúdo filosófico da terminologia gramatical originada, torna-se difícil entendê-la. Isso explica a grande variedade de interpretação dessa nomenclatura no decorrer dos séculos seguintes. Reflexos desse fato temos até hoje em nossas gramáticas, em que a relação entre significante e significado ficou muitas vezes opaca, contraditória e até absurda. Urge, por isso mesmo, retornar às origens da nossa terminologia gramatical, através de um trabalho filológico acurado e profundo, no intuito de remover a poeira de séculos acumulada, de modo a restituir a essa nomenclatura a transparência inicial, naturalmente adaptada à nova situação. Urge que esse trabalho seja feito levando-se em conta também o ensino da língua, sobretudo eliminando as muitas incoerências atuais. Este trabalho pretende ser apenas uma pequena contribuição nesse sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia, filologia, nomenclatura gramatical

A nomenclatura técnica de toda ciência, cujas raízes remontam aos primórdios da nossa cultura, possui uma longa história, que precisa ser levada em consideração sempre que for necessário atualizá-la ou modificá-la por alguma razão. A nomenclatura gramatical do Ocidente originou-se da especulação dos gregos, fato que não pode e não ser esquecido sempre que se trata de entender, interpretar ou alterar algo nesse campo.

As primeiras preocupações com as questões de linguagem encontram-se, entre os gregos, nos sofistas do séc. V a.C.. Suas observações mesclam-se, em geral, com elucubrações filosóficas e eram feitas sempre em função de uma expressão mais clara do pensamento. Assim, compreende-se que a evolução até ao estudo específico do

¹¹ Trabalho apresentado no III Encontro Nacional com a Filologia, promovido pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos na Academia Brasileira de Letras, em maio de 2004.

idioma tenha sido lenta. Note-se ainda que as atenções dos gregos dirigiram-se especificamente para sua própria língua, usual e concreta, e não para os problemas gerais da linguagem humana. Esse fato é claro já na primeira sistematização gramatical grega, a $\ast\mu\ \diamond\ \text{M}\ \blacksquare\ \text{z}\ \text{d}\ \square\ \text{e}\ \text{O}\ \text{O}\ \text{e}\ \text{d}\ \text{H}\ \&\ \text{z}\ \text{z}\ \diamond$ de Dionísio Trácio (170-90 a.C.), em que não se encontra qualquer referência a outras línguas. O caráter helenocêntrico da reflexão gramatical vai persistir em todos os tratadistas posteriores, embora muito cedo a gramática de Dionísio Trácio tivesse tido uma versão armênia. Sem dúvida, os gramáticos gregos conheciam outras línguas, mas é muito raro que isso transpareça em seus escritos. Assim, Filoxeno, lexicógrafo alexandrino do séc. I a.C., escreveu um tratado sobre o *Dialeto dos Romanos*, em que o latim é considerado um “dialeto grego” do tipo eólico. Entretanto, os autores gregos só tratam de seu próprio idioma, do qual, porém, conheciam os vários dialetos. O ponto de referência sempre foi a $\&\ \square\ \text{H}\ \blacksquare\ \text{z}\ \text{z}\ \diamond$ escrita e todas as particularidades dialetais consideradas desvios.

Desse modo, formou-se uma tradição muito viva em torno dessa norma escrita, que foi cultivada nos mios bizantinos mesmo durante a Idade Média, e que se encontra nos tratadistas desde Dionísio Trácio, passando por Apolônio Discolo (séc. II d.C.), Herodiano (séc. II d.C.), Apolônio Alexandrino, Georgius

Choeroboscus, Sofrônio Alexandrino (ambos do séc. VI d.C.), Stephanus (início do séc. VII), Teodorus Prodromus (séc. XII) e Constantinus Lascaris (séc. XV), entre outros. Destarte, o gramático grego é de fato um helenista, que estuda sua própria língua e suas variantes observadas nas obras da tradição literária, escrita, de todos os gêneros, inclusive a filosófica.

Esse helenocentrismo está claramente enunciado na definição de gramática de Dionísio Trácio, segundo a edição crítica de Gustav Uhlig:

$\text{d}\ \square\ \text{e}\ \text{O}\ \text{O}\ \text{e}\ \text{d}\ \text{H}\ \&\ \text{z}\ \text{z}\ \diamond$ $\mu\ \epsilon\ \text{r}\ \diamond\ \text{H}\ \blacksquare$ $\mu\ \epsilon\ \text{r}\ \text{O}\ \square\ \mu\ \text{H}\ \square\ \text{H}\ \diamond\ \text{e}$
 $\diamond\ \text{H}\ \blacksquare$ $\square\ \text{e}\ \square\ \text{e}\ \text{e}$ $\square\ \square\ \text{H}\ \text{z}\ \text{z}\ \text{e}\ \text{H}\ \text{H}\ \text{z}$ $\&\ \text{e}\ \text{H}\ \text{e}$ $\diamond\ \text{H}\ \text{y}\ \square$
 $\text{e}\ \text{H}\ \mu\ \diamond\ \text{H}\ \text{H}\ \blacksquare$ $\diamond\ \text{e}\ \text{z}$ $\diamond\ \square\ \text{e}$ $\square\ \square\ \bullet\ \diamond\ \text{e}$ $\bullet\ \mu\ \text{y}\ \square\ \text{O}\ \mu$
 $\diamond\ \blacksquare\ \blacksquare\ \text{e}\ \text{d}$

Gramática é conhecimento empírico daquilo que comumente é dito pelos poetas e prosadores.

Dessa definição infere-se que a arte é considerada algo complexo, como resultado de um processo cumulativo de experiências anteriores, devidamente assimiladas e depuradas por meio de um aprimoramento contínuo. Trata-se, portanto, de uma tradição, aceita e melhorada de geração em geração, da mesma forma que a língua é uma herança. Não seria, porém, incorreto ver aí um certo direcionamento da definição, já que nenhuma outra arte está tão ligada à tradição como a gramática, nascida dos estudos filológicos dos textos dos grandes clássicos, sobretudo Homero. Esse aspecto, entretanto, não descaracteriza nem compromete a definição proposta, porque ela é coerente com o enfoque geral da abordagem dos escoliastas.

A definição requer ainda que a arte tenha um caráter útil concreto ($\text{M} \blacklozenge \text{N} \square \text{M} \blacklozenge \text{O} \square \text{P} \text{Q}$) aspecto que distingue a arte verdadeira ($\text{M} \blacklozenge \text{N} \square \text{P} \text{Q}$) da falsa, qualificada por $\text{R} \text{S} \text{T} \text{U} \text{V} \text{W} \text{X} \text{Y} \text{Z}$ ou seja, “artifício”, “fraude” e até “mau gosto”. E a finalidade ($\text{M} \blacklozenge \text{N} \blacklozenge \text{O} \square \text{P} \text{Q}$) de que fala a definição, constitui o elemento unificador de todos os procedimentos que devem vir a formar um conjunto orgânico ($\text{STH}\mu$).

Há ainda outros aspectos particularmente interessantes que os escoliastas ressaltam com o objetivo de comprovar o caráter de arte da gramática e não apenas de conhecimento empírico. Assim, para eles a causa ($\text{R} \text{S} \text{T} \text{U} \blacklozenge \text{V} \blacklozenge \text{W} \text{X}$) da gramática é a falta de clareza e a obscuridade ($\text{R} \text{S} \text{T} \text{U} \blacklozenge \text{V} \blacklozenge \text{W} \text{X}$), enquanto a finalidade da própria gramática ($\text{M} \blacklozenge \text{N} \blacklozenge \text{O} \square \text{P}$) consiste precisamente em eliminar essa obscuridade, tornando claro e compreensível aquilo que não o é. Daí se conclui que a arte da gramática não tinha uma finalidade em si mesma; não propunha hipóteses ou teorias, mas estudava o texto escrito, a $\text{R} \text{S} \text{T} \text{U} \text{V} \text{W} \text{X}$ literária. De fato Dionísio e seus comentaristas partiam da frase já construída, da sintaxe, e decompunham, analisavam e classificavam seus elementos constitutivos. Precisamente por terem como ponto de partida essa visão sintagmática, não sentiram a necessidade de tratar especificamente da sintaxe. Nesse perspectiva, entendem-se perfeitamente as seis partes nas quais Dionísio dividiu sua gramática, reflexo da filosofia do trabalho filológico dos alexandrinos dos séc. III e II a.C, cujo objeto é o texto, particularmente o poético.

Quando essa ligação direta do que se entendia por gramática

com o texto se tornou mais tênue ou se esvaiu, perdendo-se com isso aquela visão eminentemente sintagmática, surgiu a necessidade do estudo específico da sintaxe. Isso vai ocorrer com Apolônio Díscolo, três séculos depois de Dionísio Trácio. Nesse ponto de vista, compreende-se também que os escoliastas considerassem o enunciado em geral (□☉ ∫♣■†&□❖< ●□❖∫♣□<Ⓛ) ou o texto escrito, compreendido na extensão de uma frase, como a *matéria* (◆⊗●≡Ⓛ) da gramática; essa restrição era necessária para se chegar mais facilmente à finalidade da gramática, que consiste, segundo se lê em *Grammatici Graeci* (I, 113, 25) “Ⓛ†ⓁⓁⓁ ◆□◆♣ ∫☉●●∫■†○□◆♣ ◆ⓁⓁⓁ ⓁⓁ†ⓁⓁⓁ♣◆❖ⓁⓁⓁ” (“tornar claro o que é obscuro através da correção da língua grega”). Note-se que o termo ∫☉●●∫■†○□❖<Ⓛ encontrado também em Ateneu, Estrabão e Apolônio Díscolo, significa “propriedade dos termos gregos” como também “emprego correto da língua grega”.

Em todas essas considerações gramaticais, ou seja, do estudo da língua grega, é patente a presença de uma considerável herança filosófica. A filosofia de Platão, de Aristóteles e dos estóicos forneceu a fundamentação lógica e terminológica para a divisão da frase em diferentes espécies de termos, para a fixação teórica dos casos nas declinações, das formas verbais sob ângulos aspectuais e para as relações lógicas entre as frases que compõem um período complexo. Assim se explica que grande número de termos filosóficos foi tomado pelos gramáticos para aplicá-los em suas definições e descrições. São exemplos as noções fundamentais de sujeito (◆☉□□&∫■†❖○∫■□□) e predicado (&Ⓛ◆≡∫♣□❖□≡ⓁⓁ), ainda hoje em voga e para os quais ainda não encontraram designações mais adequadas, que as pudessem substituir. As *Categorias* de Aristóteles forneceram subsídios particularmente valiosos para os estudos gramaticais. Assim, são de origem filosófica os termos “substância” (□◆Ⓛ††❖ⓁⓁⓁⓁ “relação” (□□□Ⓛ< ◆†), “qualidade” (□□†□❖■ ou □□†□❖◆≡<), esta também corrente entre os estóicos, ◆◆■□Ⓛ□∫♣□❖○∫■ⓁⓁ ou ◆◆○∫∫∫∫&□❖◆ⓁⓁ que os gramáticos latinos difundiram traduzindo por “acidente”, Ⓛ†ⓁⓁ❖□≡†<, “disposição”,

□*er*□*†*○□*❖*×*☞* "definição" e "determinação",
 ◡*◆*❖*■*☉*○*×*☞* "valor", e obviamente
 ●□*❖*↳□*×*☞ de múltiplas acepções como "palavra", "proposi-
 ção", "obra escrita", "literatura", "razão" etc. Séculos de reflexão fi-
 losófica fixaram uma terminologia carregada de história, de conota-
 ções e matizes semânticos, da qual os estudiosos da língua lançaram
 mão para a fixação da metalinguagem indispensável a seus estudos.

Contudo, os gramáticos usaram essa terminologia filosófica com muita liberdade e grande flexibilidade, de modo que nem sempre é possível relacionar claramente o termo filosófico com o gramatical correspondente ou com a corrente filosófica fornecedora. Por exemplo, o conceito básico de "nome" é definido por Dionísio Trácio, no capítulo 12, 1.1, como "uma parte da frase com caso, que designa um corpo (♦♦*†*○☉) ou uma ação (□□☉*↳*↳○☉); no capítulo 11, 76 e 78, porém, define o nome como "aquilo que significa uma substância (□*◆**er*♦*†*☉*■* ♦*≡*○☉*†*†*■*□*■*), e que pode ser própria (†*er*◡*†*❖☉*■*①) ou comum (☞*⋈*□*■*≡❖*■*①☞). Apolônio Díscolo caracteriza o nome geralmente como "qualidade" (□□*†*□*❖*◆*≡*×*①*≡; mas ao tratar dos pronomes, em *†er*◆*◆*◆□*○*†*❖*☉☞ 27,9, fala de "substância com qualidade" (□*◆**er*†*❖*☉*■* ○*ℳ*◆☉≡ □□*†*□*❖*◆*≡*◆□*×*①☞). Sem dúvida, "substância" remete ao aristotelismo, enquanto "qualidade" provém da terminologia do estoicismo. Na gramática latina, a influência grega é clara e indiscutível: *nomen* é *substantivum* ou *adjectivum*, em que são subjacentes os conceitos de "substância" e de "qualidade". Os ecos desse fundo filosófico permanecem até hoje em nossa terminologia gramatical.

Em conclusão, filosofia e gramática, esta entendida conforme a acepção grega, estão intimamente relacionadas, porque as primeiras reflexões sobre a linguagem surgiram como decorrência do pensamento filosófico. Os estudos filológicos dos textos clássicos pelos alexandrinos, nos séc. III e II a.C. levou lentamente à sistematização dos critérios para sua correta leitura e interpretação. Nessa sistematização, fez-se uso de um sincretismo filosófico, em que se conservaram as marcas das respectivas correntes filosóficas.

Contudo, em que pesem essas divergências de pouca monta, nossa nomenclatura gramatical é, ainda hoje, fundamentalmente a mesma. Infelizmente, porém, os 2.200 anos de história acumularam desvios, acréscimos e descaminhos, que lhe tiraram a transparência. Frequentemente é difícil perceber a relação significante-significado dos termos, uma vez que foram mal entendidos ou mal aplicados. Por isso, urge buscar a transparência perdida, caso se queira proceder a uma reforma, recuperando a etimologia dos termos para se poder aplicá-los convenientemente. Urge torná-los claros para a compreensão e assimilação dos milhões de estudantes de todos níveis, muitos e muitos dos quais não conseguem analisar sintaticamente um período por não dominarem a denominação das partes componentes.

Para exemplificar, vejamos o conceito de *pronome*, um dos mais opacos e confusos da nomenclatura de nossas gramáticas. Nesse processo, é preciso partir das primeiras atestações do termo, encontradas obviamente na conhecida     de Dionísio Trácio. No capítulo XVII, trata dos pronomes, dando a seguinte definição:

           
            
         

Pronome é uma palavra empregada no lugar de um nome, revelando pessoas definidas.

Por ser a primeira definição do pronome, pelo menos a que chegou até nós, é preciso analisá-la acuradamente. Note-se inicialmente que o pronome é uma palavra que substitui um nome, ou seja, um nome que substitui outro nome; sua função é, portanto, vicária. A palavra latina correspondente, e através dela a das línguas ocidentais, é um simples decalque do termo grego   = *pro*, “em lugar de” e   = *nomen*, “nome”, donde “pronome”.

Em segundo lugar, ressalte-se que, pela definição de Dionísio Trácio, só são chamados pronomes os termos que designam as pessoas do discurso, isto é, a que fala, ou o emissor, e a que ouve, o receptor, que são as “pessoas definidas”. A etimologia de *prōswpon* remete ao fato de que há situações em que os nomes são excluídos da função de sujeito pela própria estrutura lingüística, pois os nomes

têm como referente o assunto ou o tema do discurso e não seus agentes. Excluídos os nomes, a língua criou formas que os substituem nas duas primeiras pessoas, formas essas denominadas “pronomes”. Desse modo, em sentido absoluto e bem restrito, apenas $\mu\epsilon\gamma\omicron$ e $\sigma\upsilon$ podem ser considerados pronomes, porque designam algo que temos diante dos olhos, isto é, algo evidente cujas características, por isso mesmo, não precisam de indicações formais na estrutura dos próprios vocábulos. Por isso, também, não contam com as marcas morfológicas de gênero e número, dados evidentes no contexto do discurso.

Apolônio Díscolo percebeu as características dessas formas pronominais, acrescentando que elas, em última análise, podem substituir apenas nomes próprios, de pessoas, uma vez que só nesses casos seria possível o “eu” ou o “tu” ($\rho\mu\sigma\chi\equiv \blacklozenge\blacksquare\heartsuit\clubsuit\boxtimes\mu\blacklozenge\blacktimes\boxplus$ 20,1-21). Pode-se, portanto, afirmar que para os gregos apenas essas formas eram verdadeiros pronomes, dentro do quadro do diálogo com suas características de bipolaridade, tanto que o adjetivo $\sigma\sigma\sigma\blacklozenge\sigma\chi\&\heartsuit\clubsuit\boxplus$ “pessoal”, inexistente na terminologia gramatical clássica grega, tanto que $\rho\sigma\sigma\blacklozenge\sigma\chi\&\heartsuit\clubsuit\boxplus \equiv \heartsuit\sigma\blacksquare\blacklozenge\blacksquare\sigma\chi\clubsuit\heartsuit$ é expressão introduzida só modernamente na gramática grega.

Completando a definição, diz Dionísio Trácio que o pronome designa “pessoas definidas” ($\sigma\sigma\sigma\clubsuit\blacklozenge\sigma\heartsuit \blacklozenge\heartsuit\sigma\chi\circ\mu\heartsuit\clubsuit$). As pessoas do discurso concreto, *hic et nunc*, são perfeitamente definidas em sua bipolaridade característica, como ficou dito acima. Por isso, as duas primeiras são também as únicas verdadeiras pessoas. Se usarmos o nome, saímos do âmbito da pessoa, daquilo “que temos diante dos olhos”, daquilo que é evidente. Daí não ser lógico nem coerente falar de “terceira” pessoa: não está diante dos olhos por não ser agente do diálogo. A polissemia e a ausência de univocidade do nome não permitem que exerça a função específica de $\sigma\sigma\sigma\clubsuit\blacklozenge\sigma\heartsuit\clubsuit\sigma\chi\sigma\chi$

Estranhamente, porém, nem Dionísio Trácio nem Apolônio Díscolo, para ficarmos apenas com os pioneiros, respeitaram a definição apresentada. Dionísio cita $\sigma\sigma\sigma\clubsuit\blacklozenge\sigma\heartsuit \sigma\sigma\sigma\blacklozenge\sigma\heartsuit\clubsuit\clubsuit\clubsuit\clubsuit\clubsuit\clubsuit\clubsuit \circ\mu\equiv \mu\epsilon\gamma\omicron$

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos



Júpiter, depois de ter levado os troianos e Heitor aos navios (...) (ele) mesmo desviou novamente os olhos brilhantes.

Ora, $\text{☞} \blacklozenge \text{er} \blacklozenge \square \blacklozenge \text{X}$ correspondente ao ‘ipse’ latino e é apenas uma partícula de reforço, com conteúdo semântico próprio e natureza anafórica e relativa, como afirmam Apolônio e Prisciano. Mesmo etimologicamente, “relativo” é um decalque de “anafórico” ($\text{☞ er} \blacksquare \text{☞} \blacklozenge \text{☞} \text{X} \square \square \text{X} \& \square \blacklozenge \text{X}$, lat. *re + lativus*, do verbo *fero, tuli, latum, ferre*, isto é, “que se pode levar para cima”). Sendo dêitico, não é pronome no sentido estrito, porque tem a função de apontar e estabelecer uma relação entre o antecedente e o conseqüente; com o catafórico (“que aponta para baixo ou para a frente”), o caráter apenas dêitico é mais perceptível, pois não há relação com qualquer antecedente.

De qualquer forma, percebe-se que o conceito de pronome se vai ampliando, na mesma medida que os elementos fundamentais de sua definição se vão esfumando. Para Prisciano, porém, o relativo tem todas as características essenciais dos pronomes, pois substitui “nomes anteriormente ditos”, estando por isso mesmo perfeitamente definidos. Além disso, ressalta também o aspecto sintático do relativo dentro da estrutura do período, ao afirmar:

In omnibus igitur relativis pronomibus una eademque est oratio ex supra dicto nomine pendens. Licet autem pro relativis pronomibus nomina ponere et orationem mutare. (*Op. cit., ib.*)

Portanto, em todos os pronomes relativos há apenas uma só oração, dependente do nome dito anteriormente. Pode-se, porém, colocar os nomes no lugar dos pronomes relativos e mudar a oração.

Essa análise do conceito de pronome nos primeiros autores gregos e em Prisciano (que escreveu em latim, mas viveu em ambiente totalmente grego) deixou muito claro que Dionísio Trácio, bem como toda a tradição anterior dos estóicos, consideraram pronomes apenas os pessoais, como primitivos, e os possessivos, como derivados. Observe-se ainda que não se manteve total coerência ao atribuir aos possessivos o caráter de pronome, segundo a própria definição dada. Cerca de quatro séculos depois, Apolônio Díscolo já considera pronomes também os demonstrativos e os relativos, no que é seguido por seu comentarista e seguidor, Prisciano, do séc. VI. A partir daí, o

quadro dos pronomes foi-se ampliando até chegarmos à confusa e contraditória situação atual, em que se consideram pronomes palavras que não se enquadram de forma alguma em uma definição aceitável.

Em conclusão, esta incursão diacrônica na história dessa parte da terminologia gramatical deixou claro que faltou coerência no enquadramento dos fatos lingüísticos observados com as definições muitas vezes filosoficamente bem elaboradas. A definição de *pronome* constitui um exemplo claro desse processo: Dionísio Trácio legou-nos a formulação, considerando enquadrados nela os pessoais e os possessivos apenas, de modo até certo ponto coerente. Mas as incoerências surgiram logo em seguida. A diversidade dos fatos, as sutilezas de significado não permitem classificações rígidas nem demasiado amplas. Os pronomes são um exemplo acabado desse fato. Plasmado o termo para superar uma dificuldade sintática, dentro da visão bipolar e dicotômica do discurso, lentamente foi sendo usado para rotular todos os fatos lingüísticos que apresentavam, ou se pensava apresentar, semelhanças ou relações semânticas ou sintáticas parecidas, ainda que contradissem algum elemento essencial de sua definição. Extensões e incorporações indevidas e progressivas levaram a considerar pronomes elementos do sistema lingüístico que nada têm de pronome, isto é, não substituem nome algum, mas apresentam conteúdo significativo próprio. Assim, por exemplo, em “Meu carro é este”, é muito mais simples considerar “este” como dêitico apenas, com a elipse do substantivo antes enunciado, do que transformar “este” num pronome; de fato, o demonstrativo mantém seu conteúdo dêitico e não substitui o substantivo, que está apenas elíptico. No estudo da linguagem certamente vale o axioma: “*Entia non sunt multiplicanda sine necessitate.*” Dêiticos são apenas dêiticos, não substituem a rigor nome algum; o mesmo se pode dizer dos possessivos, dos indefinidos, cuja ordenação lógica se tornou extremamente difícil, porque essa espécie se transformou em verdadeiro quarto de despejo, onde são lançados todos os elementos de difícil classificação.

Procurou-se aqui mostrar as bases filosóficas, bem como os usos, as idas e vindas já nos primeiros séculos da biografia, da história de alguns aspectos da terminologia gramatical e, como exemplo, dos assim chamados pronomes. Percebe-se claramente a necessidade

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

de um atento e aprofundado reexame da nomenclatura gramatical, levando-se em conta o que a humanidade já acumulou; urge buscar uma nomenclatura gramatical uniforme, transparente, coerente e de fato científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AMADOR, E. MARTÍNEZ – *Diccionario Gramatical*. Barcelona: Ramóns Sapena, 1954.
- BAILLY, A. - *Dictionnaire Grec-Français*. 6^e éd. Paris: Hachette, 1950.
- BASSETTO, Bruno Fregni. *A Parassíntese: Teoria e Prática*. Essen, Die Blaue Heule Verlag, 1993.
- BENVENISTE, É. *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo: Ed. Nacional / EDUSP, 1976.
- BRUGMANN, K. und DELBRÜCK, B. *Vergleichende Grammatik der Indogermanischen Sprachen*. Leipzig, 1930, 4 Bände.
- CHANTRAINE, P. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Grecque*. Paris: Klincksieck, 1980, 2 vol.
- ERNOUT, A. et MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*. 4^e éd. Paris: Klincksieck, [s/d.?).
- HAMMOND, N.G.L. and SCULLARD, H.H. - *The Oxford Classical Dictionary*. 2^a ed. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- KEIL, H. *Grammatici Latini*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri. 1866, 6 vol.
- . *Grammatici Graeci*. Reimp. Leipzig: Teubner, 1965.
- LALLOT, J. *La Grammaire de Denys le Thrace*. Paris: CNRS, 1989.
- MEYER-LÜBKE, W. *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*. 5^e Auflage. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1972.
- STEPHANUS, H. *Thesaurus Graecae Linguae*. Parisiis: Instituti Franciae Typ., 1865, 8 vol.
- UHLIG, G. *Dionysii Thracis Ars Grammatica*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri, 1883.
- UHLIG, G. *Apollonii Dyscoli De Constructione Libri Quattuor*. Lipsiae: Aedibus B. G. Teubneri, [s/d.?).